

AGUARDANDO HOMOLOGAÇÃO



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO

INTERESSADA: CSABE Ensino Ltda.		UF: RS
ASSUNTO: Credenciamento da Faculdade ABEIC, com sede no município de Porto Alegre, no estado do Rio Grande do Sul, para a oferta de cursos superiores na modalidade a distância.		
RELATORA: Luciane Bisognin Ceretta		
e-MEC N°: 202014851		
PARECER CNE/CES N°: 126/2023	COLEGIADO: CES	APROVADO EM: 15/2/2023

I – RELATÓRIO

Histórico

Trata-se de processo de credenciamento, para a oferta de cursos superiores na modalidade a distância, da Faculdade ABEIC, com sede no município de Porto Alegre, no estado do Rio Grande do Sul, mantida pela CSABE Ensino Ltda., com sede no mesmo município e estado.

O processo foi instruído com análise documental e avaliação *in loco*, realizada pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep), Parecer Final da Secretaria de Regulação e Supervisão da Educação Superior (SERES) do Ministério da Educação (MEC) e, neste momento, passa-se à análise pela Câmara de Educação Superior (CES) do Conselho Nacional de Educação (CNE).

Ao final da avaliação *in loco*, realizada pela comissão designada pelo Inep, chegou-se ao conceito final 3 (três). O relatório da avaliação *in loco* foi impugnado pela Instituição de Educação Superior (IES) e, com base nos argumentos apresentados, a Comissão de Técnica de Acompanhamento da Avaliação (CTAA) conheceu parcialmente do recurso e, no mérito, deu-lhe provimento, estabelecendo a alteração e manutenção dos conceitos atribuídos aos indicadores, mantendo-se, contudo, o conceito final 3 (três). Consta vinculado ao processo o pedido de autorização para funcionamento do curso superior de tecnologia em Segurança Pública (Processo e-MEC n° 202014853).

Para facilitar a conclusão, em face dos resultados da avaliação e encaminhamento do Parecer Final, transcreve-se a seguir, *ipsis litteris*, os dados mais relevantes da avaliação com as respectivas considerações da SERES:

[...]

4. CONSIDERAÇÕES DA SERES

[...]

4.2. Da análise do mérito

No que concerne aos indicadores apontados no art. 5º da Portaria Normativa nº 20/2017, elencamos abaixo os que obtiveram conceitos abaixo de 3, com as respectivas justificativas que embasam a análise da comissão de avaliação e da CTAA.

INDICADOR 5.14 - Infraestrutura tecnológica

Conceito Atribuído: 2

Considerações da Comissão Avaliadora:

A comissão constatou que o descrito no formulário eletrônico e no PDI não coincidem com o observado na visita virtual in loco, conforme justificativa do indicador:

No PDI (p.222) há definição de que todos os serviços em nuvem e em rede interna estão sob monitoramento 24 horas por dia, 7 dias por semana pela equipe de TI, porém não há equipamentos na rede interna (servidores de Dados, por exemplo) na IES para monitoramento.

Na mesma página do PDI há informação que existem dois links de internet que servem de redundância, porém na visita remota foi declarado pelo Sr. Carlos Fraga (vide gravação 2h21m46s), prestador de Serviços contratado pela IES que no momento a IES possui um link de 600 Mbps na empresa Vivo prestador de Serviços contratado pela IES.

Considerações da Instituição:

A IES apresentou suas justificativas para utilização de servidor externo contratado para manutenção e segurança dos dados: Amazon e Locaweb Usando a AWS (servidor em nuvem da Amazon), a ABEIC possui o controle e a confiança necessários para executar suas atividades com segurança no ambiente de computação de nuvem mais flexível e seguro disponível hoje.

Todos os serviços em nuvem e em rede interna estão sob monitoramento 24 horas por dia, 7 dias por semana pela equipe de TI, fazendo com que a qualidade e disponibilidade dos mesmos sejam sempre a maior possível para os alunos e colaboradores.

Análise da Relatoria:

O PDI da IES nas páginas 221 a 224 descreve a sua infraestrutura tecnológica, porém sem detalhes técnicos. A comissão avaliadora que fez a visita virtual a IES, relata que não foi possível identificar o descrito no PDI e a situação real da IES, a exemplo da identificação de equipamentos para segurança de dados e links utilizados. Conforme o descrito esta relatoria recomenda a permanência do conceito 2.

Critério conceito 2 - A base tecnológica explicitada no PDI apresenta a descrição dos recursos tecnológicos disponíveis e considera a capacidade e a estabilidade da energia elétrica, a rede lógica e o acordo do nível de serviço.

Critério conceito 3- A base tecnológica explicitada no PDI apresenta a descrição dos recursos tecnológicos disponíveis e considera a capacidade e a estabilidade da energia elétrica, a rede lógica, o acordo do nível de serviço e a segurança da informação.

Convém também informar que os documentos abaixo elencados apresentam as seguintes situações:

1. não foram anexados ao processo o laudo técnico de acessibilidade ou, como alternativa, o alvará de funcionamento válido. A instituição apresentou apenas o plano de garantia de acessibilidade.

[...]

5. DOS CURSOS EaD VINCULADOS

Por oportuno, é necessário informar que os pedidos de autorização dos cursos pleiteados passam por apreciação da Seres, que analisa, com base em padrões decisórios definidos em normativo próprio, os elementos da instrução processual, a avaliação do Inep e o mérito do pedido para preparar seu parecer. O parecer final do curso EaD vinculado, que se encontra anexo a este, apresenta a seguinte deliberação:

<i>Processo nº</i>	<i>Código do Curso</i>	<i>Curso</i>	<i>Resultado do Parecer da Seres</i>
202014853	1536054	SEGURANÇA PÚBLICA	Indeferimento

6. CONCLUSÃO

Sugere-se, portanto, o indeferimento do presente protocolo, tendo em vista a instituição não ter atendido, no mínimo e cumulativamente, os critérios constantes dos arts. 3º e 5º, da Portaria Normativa MEC nº 20/2017.

Considerações da Relatora

O presente processo tem por objetivo o credenciamento da Faculdade ABEIC, mantida pela CSABE Ensino Ltda., para a oferta de cursos superiores na modalidade a distância. Os relatórios apresentados se mostram coerentes e bem fundamentados do ponto de vista técnico e legal. Por não concordar com o relatório de avaliação *in loco* apresentado pela comissão designada pelo Inep, a IES o impugnou.

Para explicar as razões de sua impugnação, a IES solicitou uma audiência virtual com esta Conselheira, que foi realizada no dia 18 de janeiro de 2023. A IES impugnante considera que as justificativas dadas em alguns itens não correspondem à realidade da IES e que o relatório é frágil e sem fundamentação.

Na oportunidade da audiência, os representantes da IES relataram sobre a história da instituição e de seus objetivos. Em seguida, focaram sua argumentação, principalmente, em 2 (dois) itens: acessibilidade e infraestrutura tecnológica. Em relação à acessibilidade, a Faculdade ABEIC menciona que foi exigido laudo técnico público de acessibilidade, mas justifica que no município de Porto Alegre, local sede da IES, não há órgão que faça esse serviço e defenderam que um parecer particular emitido por engenheiro ou arquiteto deveria suprir essa exigência.

Já no tocante à infraestrutura tecnológica, argumentaram que, apesar de na primeira visita o servidor físico não ter chegado a tempo para avaliação, já havia servidor externo (*Amazon* e *Locaweb*), além de informar que todos os serviços de nuvem e em rede interna têm monitoramento 24 (vinte e quatro) horas por dia, 7 (sete) dias por semana. Argumentaram que, em polo na modalidade a distância, não se faz necessário um servidor físico. Apesar disso, na segunda visita realizada pelos avaliadores, o servidor físico já estava em funcionamento no local. Por fim, os representantes da IES fizeram o pedido para que seja autorizado o credenciamento e, se o CNE achar prudente, diminuir o prazo para o credenciamento da IES.

Esta Conselheira ouviu todos os argumentos e solicitações dos representantes da Faculdade ABEIC e informou que analisará o processo com cautela e atenção, considerando todos os pontos levantados nesta audiência e que seu parecer e decisão estarão de acordo com a legislação e normativas vigentes.

Em relação ao laudo de acessibilidade, fica claro ao analisar o processo e o Parecer Final da SERES que a exigência disposta no artigo 3º, inciso III, da Portaria Normativa MEC nº 20, de 21 de dezembro de 2017 não foi cumprida, haja vista a ausência de laudo técnico emitido por profissional ou órgão público competentes. Também não há razão na justificativa de que o município de Porto Alegre não faz esse serviço, pois a Portaria Normativa MEC nº

20/2017 não traz a necessidade de emissão do laudo pela Prefeitura. Em relação ao Indicador 5.14 – Infraestrutura Tecnológica, o relatório apresentado se mostra satisfatório e bem fundamentado, assim como os demais indicadores. Ademais, importante salientar que não é atribuição do CNE modificar o conceito atribuído após avaliação de órgão competente.

Entretanto, faço recomendação à IES para sanar os vícios apontados e, após, protocolar novamente o pedido de credenciamento.

Em face do exposto, encaminho à Câmara de Educação Superior do CNE o voto abaixo exarado.

II – VOTO DA RELATORA

Nos termos do Decreto nº 9.057/2017 e da Portaria Normativa MEC nº 11/2017, voto desfavoravelmente ao credenciamento, para a oferta de cursos superiores na modalidade a distância, da Faculdade ABEIC, com sede na Avenida Ipiranga, nº 1.555, bairro Azenha, no município de Porto Alegre, no estado do Rio Grande do Sul, mantida pela CSABE Ensino Ltda., com sede no mesmo município e estado.

Brasília (DF), 15 de fevereiro de 2023.

Conselheira Luciane Bisognin Ceretta – Relatora

III – DECISÃO DA CÂMARA

A Câmara de Educação Superior aprova, por unanimidade, o voto da Relatora.
Sala das Sessões, em 15 de fevereiro de 2023.

Conselheiro Alysson Massote Carvalho – Presidente

Conselheiro Aristides Cimadon – Vice-Presidente